

dossiê

Água e cidade

Entrevista
coletivo
Aqua Alta

Luis Octavio de Faria e Silva
Maria Teresa Fedeli
Rafael Abelini
Ruben Otero



Os rios paraguaios e seus territórios

Em princípio, no Paraguai cabe diferenciar como são tratados os rios e os riachos (ou córregos) urbanos. Na escala de nossas regiões metropolitanas, os rios têm um papel diferente do caso de São Paulo. Em Ciudad del Este e Encarnación, a forma urbana do rio continua sendo o resultado de seu uso como recurso hidrelétrico. Em Assunção começa a ser entendido como um elemento que precisa ser desenhado ou como um “problema de inundação” a ser resolvido. Os riachos, no entanto, principalmente em áreas urbanas, têm um tratamento semelhante, mas em menor escala, ao que acontece, por exemplo, com o Tietê, Pinheiros e os córregos menores que neles deságuam. Isto é: canalização, retificação, ocultamento.

Os cursos d’água historicamente desempenharam um papel preponderante na territorialização da região do Paraguai. Assim, em tempos pré-colombianos, constituíram a principal rota de migração das populações amazônicas que mais tarde formariam o complexo étnico Avá-Guaraní (SUSNIK; CHASE, 1995). Desde o século XVI, foi a principal via de penetração e formação dos povoados espanhóis na região pelos rios Paraná e Paraguai; e no sentido sul-norte, a partir do estuário do Prata. Internamente, a mobilidade e a territorialização foram eminentemente fluviais (eixos Paraná-Paraguai) até meados do século XIX, quando foi iniciada a implantação da ferrovia, inicialmente restrita à área central da região leste do país.

Entre os séculos XIX e meados do século XX, em termos de conectividade externa, o sistema fluvial Paraguai-Paraná era o único razoavelmente praticável com a atual região do Mato Grosso, Brasil; e, analogamente, a região do Baixo Prata com a Argentina. A integração da malha ferroviária local com a Argentina se deu em 1913 e da malha rodoviária com o Brasil no final da década de 1950. Assim, até meados do século XX, os rios eram os principais instrumentos de mobilidade interna e externa, bem como de territorialização, sendo que os principais assentamentos locais respondiam às tipologias de vilas-porto ou vilas-trem (VAZQUEZ, 2006). Atualmente, embora as funções dos rios tenham sido modificadas e apesar da expansão da rede viária, as principais cidades do país seguem, como originalmente, cidades portuárias — Assunção, Encarnación e Ciudad del Este. Em termos produtivos, o sistema hídrico continua mantendo sua importância como canal de escoamento comercial.

Viver junto às águas no interior da América do Sul

Graças à nossa língua mãe, que muitos de nós falamos — o Guaraní — temos um sistema de pensamento que nos traz a localização no território, já que as toponímias vêm daquela língua. Paraná significa “o que se parece com o mar”. Porque é um volume d’água tão grande, com os limites difusos pouco comuns para os rios, que se descreve como Paraná.

Habitantes da cidade de Assunção, estamos na confluência entre dois rios, o Pilcomayo e o Paraguai, e em frente ao Chaco argentino e paraguaio. Além de vivermos em frente à água, habitamos um território mesclado de distintos sistemas biofísicos: a Mata Atlântica do Alto Paraná, que vem a ser a região oriental do Paraguai, e a região do Chaco, uma savana, que tem um clima e uma vegetação completamente distintos. O Chaco tem sua água superficial em salares, sua vegetação é muito mais seca e espinhosa, para poder captar água, como os cactos. A zona de Assunção, assim, é uma espécie de microclima híbrido onde temos o sistema do Chaco no meio de um sistema de arborização da Mata Atlântica — nela, inclusive, há uma das maiores concentrações de aves, em quantidade e variedade, sendo lugar de atração migratória justamente por suas características aqui descritas.

Por outro lado, como habitantes da cidade, quando alguém olha o rio junto ao qual vive, sente-se um pouco culpado como cidadão, porque é praticamente o lugar para jogar os dejetos, o lixo, da indústria, do sistema de esgoto. Assunção é uma das cidades paraguaias mais avançadas em relação à infraestrutura, ao mesmo tempo em que é muito pobre em infraestrutura de saneamento — aproximadamente 40% da população não tem acesso à rede de esgoto. Habitar Assunção como cidadão junto ao rio é, nesse sentido, lamentável — em um mea culpa em função de como o fazemos. Mas como habitantes do território, é um luxo o que temos. Um luxo, também, que o idioma guarani nomeie grande parte dessas águas do sul da América e podermos nos entender, de alguma forma, quase como um país hidrográfico.

Em Assunção, um dos grandes temas pendentes é justamente o rio. A cidade foi se desenvolvendo nas bordas do rio, mas infelizmente não soubemos estabelecer essa conexão. Então seguimos nessa busca e construção de como resolver essa relação.

Ampliando ainda o mea culpa de que estamos falando como habitantes da capital paraguaia:

Assunção originalmente está situada sobre sete colinas e topograficamente tem um sistema ótimo de escoamento natural das águas pluviais para o rio. Um geólogo muito reconhecido aqui no Paraguai disse uma vez que Assunção era uma das poucas cidades que não necessitava sequer de um sistema de drenagem, por conta da quantidade de córregos na cidade, que garantiriam uma drenagem pluvial quase 100% feita naturalmente. Mas destruímos essa condição natural canalizando artificialmente justamente os córregos internos, diminuindo a largura de seus canais, não protegendo as áreas de absorção ou suas áreas de reserva que deveriam existir. Com o crescimento da cidade, fomos ocupando formal e informalmente todas as margens destes pequenos córregos que deságuam no rio Paraguai e fomos destruindo todo esse ótimo escoamento natural que já tínhamos, sem manter a vantagem que possuíamos. Hoje em dia é um problema quando chove. Em Assunção, em meia hora pode chover de 100 a 200 milímetros facilmente e, então, as ruas se convertem em “canais venezianos”.

Ocupação humana e os ciclos da água

Com todas as inundações que tivemos no Paraguai nos últimos anos (de 2014 a 2018), em menor ou maior medida, nos demos conta de que temos que aprender a conviver com a água. O problema de fundo que encontramos na cidade não é sequer ignorância, mas o pouco respeito que foi dispensado ao rio. Não se respeitam os caminhos originais das águas de um rio como o Paraguai, que é um rio plano, que modifica seus limites o tempo todo: vai armando praias, barrancos e, com o tempo, vai se modificando. Então, existem muitos temas que a sociedade não soube apreender do rio. Por exemplo, quanto aos limites políticos ou privados — a questão de “até onde chega o meu espaço”? As pessoas se revoltam porque “o rio tomou o meu espaço”. A água tem que ter um grande espaço para poder modificar-se, circular em função de sua lógica própria. E isso é o que nós tratamos de aprender, entender e propor ao poder público, quando este nos permitiu trabalhar em projetos mais amplos. Não precisamos ir “contra ao rio”, mas sim conviver com a água. A primeira solução, aquilo que as pessoas querem em um primeiro momento é que a água não chegue. E, então, uma hipótese seria construir tudo em cota segura. Essa cota de segurança de que falamos, por exemplo, em Assunção está em torno de

64 metros acima do nível do rio. Mas com as variações climáticas isso vai mudar — em 50 ou 100 anos, a cidade de Assunção terá muito mais água. Não podemos seguir assim por muito mais tempo. Temos que começar a conviver e a traçar estratégias para poder afetar o menos possível o curso do rio e para que nós possamos conviver com ele. Isto geraria outra sensibilidade.

Assim, por mais que nos chamemos coletivo Aqua Alta, nem tudo o que fazemos tem relação com a água diretamente — com o que está na água, de frente ao rio, em área inundável ou até a ausência de água, como em regiões muito secas como o Chaco. O coletivo tem dentro de suas prioridades tudo o que se relaciona às variáveis ambientais, e nesse sentido, a água em suas diferentes etapas passa a ser um elemento central.

No entanto, o processo de projeto varia de acordo com a demanda e a composição do grupo para cada trabalho. Parte significativa dos grandes projetos não é feita pelo grupo todo — são membros que se unem de acordo com as características e o contexto de cada obra, seguindo um olhar comum para a metodologia de design. O grupo tem, ao somar essas experiências, desde projetos que incorporam áreas úmidas e afetadas pelo rio — como Nanawa, Aqua Mundo e Unidades Flutuantes que estão no rio —, até trabalhos acadêmicos sobre águas subterrâneas na área metropolitana de Assunção. Cada um desses trabalhos tem um percentual de participação diferente do grupo, mas pertencem a uma mesma abordagem e lógica de projeto.

Pavilhão do Paraguai na Bienal de Arquitetura de Veneza de 2014

Partindo do conceito com o qual a Bienal de Arquitetura de 2014 situou o seu tema, o projeto para o Pavilhão do Paraguai propôs uma reflexão sobre a natureza da modernidade, em um contexto geográfico, social e econômico como o do Paraguai. Modernidade pode ser entendida como um estado de superação, uma vontade de mudar. Numa sociedade em que o desperdício é um problema e, particularmente, num contexto de recursos limitados, a arquitetura deve procurar uma forma de utilizar o mínimo de recursos disponíveis e ao mesmo tempo obter o máximo de resultados possíveis. Por meio da pesquisa tecnológica, espacial e estética, essa tensão se transforma em estrutura-função-forma-síntese e, como resultado, por meio de uma forte relação entre material, mão

dossiê



Ponte Flutuante de Emergência. Fonte: Acervo Coletivo Aqua Alta

Unidade flutuante construída para uso comunitário. Fonte: Acervo Coletivo Aqua Alta

de obra, métodos tradicionais de construção e lógica, busca-se alcançar essa condição de Modernidade. O projeto para o pavilhão, desenhado por um grupo de pessoas através de uma experiência de participação ativa, desenvolveu assim uma ideia conceitual e estrutural em que a água é o elemento de identidade. Além disso, é o elemento que torna possível a estrutura, sustentando-a com seu próprio peso. A forma é consequência da lógica construtiva e estrutural. As teorias de equilíbrio e a forma como o peso é transmitido como força ao solo são a base do design, da construção em si e do projeto (RUGGERI, 2014).

Uma parte que nunca contamos são os bastidores do pavilhão do Paraguai em Veneza é que nós recebemos a verba para fazer um workshop, mas necessitávamos testar muitas questões e materiais. Isso tem relação com a autogestão, com como começamos. Nós decidimos que faríamos uma chamada para 30 estudantes, que deveriam trazer um pedaço de madeira laminada de 4mm cada, e foi um êxito. Esperávamos 30 pessoas e vieram 100 pessoas — então, pudemos ter muito material para testes. Estes foram os testes que fizemos até que a estrutura rompesse e pudéssemos verificar onde se rompe, para então saber onde reforçar e assim quando chegássemos em Veneza não teríamos muitos problemas. Mas cuidamos para que as madeiras dos testes não fossem jogadas fora. Com elas, montamos conchas acústicas onde se realizou um concerto no Rio Paraguai com uma orquestra que se chama H2O e que trabalha com instrumentos reciclados da água. Depois, fomos para Veneza com um financiamento que era insuficiente para arcar com todos os custos — que incluíam o aluguel do espaço no Arsenale, estrutura de segurança e mão de obra para montagem. E como fizemos? Organizamos então uma viagem de estudo para 35 estudantes (que arcaram com os custos dessa viagem) que incluía uma semana em Veneza para construir a mostra do pavilhão. No custo da viagem de um mês (que passava pela Grécia, por Roma, obras de Le Corbusier, Mies van der Rohe, por outras cidades da Itália) pedimos aos participantes uma pequena contribuição para a compra das ferramentas. Cada estudante levava algumas dessas ferramentas. Nós também fizemos, entre amigos, um leilão para arrecadar fundos. E contamos ainda com nossa contribuição voluntária própria — pagamos nossas passagens além do tempo que dedicamos. Com todas essas estratégias foi possível reduzir muito os custos.

Pontes Flutuantes de Emergência

Quando voltamos de Veneza, nos deparamos com o Paraguai inundado. Perto de Assunção, havia 250 mil afetados pela inundação. Terrível! Havia de tudo um pouco, inclusive cemitérios inundados. Entre todas as coisas que nós podíamos fazer, fizemos a mais urgente: uma ponte com 50 metros e a fizemos em uma semana, incluindo o projeto, falar com as pessoas, conseguir materiais e convocar a população. Elaboramos um manual de autoconstrução com a menor quantidade de desperdício possível. Nós dizemos que o custo monetário foi zero porque não se movimentou dinheiro, mas sim ideias e gestões, linhas de montagem para que as pessoas pudessem trabalhar na construção de manhã, ao meio-dia ou durante a noite (fora de seus horários de trabalho). Esse foi um projeto mais social e ambiental que arquitetônico. O que fizemos foi contribuir com um pouco de técnica para poder funcionar. Depois do ocorrido, se desarmou e guardou a ponte. No ano seguinte, fizemos uma ponte ainda maior, de 90 metros. Ao terminar essa ponte, o poder público queria que nós trabalhássemos com eles porque perceberam que tínhamos muitas ideias rápidas.

A ponte flutuante foi um projeto bastante efêmero, com bastante reciclagem, autogestão e autoconstrução. Então aproveitamos a visibilidade midiática que conseguimos com esse projeto social e ambiental, para propor um acordo que chegamos a assinar com a Secretaria de Emergência Nacional — um convênio de colaboração mútua. A ideia era fomentar projetos não mais emergenciais, mas justamente sair do emergencial ou tratar de evitar a emergência e propor projetos duráveis, projetos que realmente falem de como habitar nesses locais inundáveis, nessas bordas inundáveis. Mas infelizmente foi um fracasso, em grande medida pelo caráter imediatista da estrutura governamental. Começamos a perceber que, de certa maneira, a emergência era também sinônimo de lucro. O Estado, em uma situação de emergência, tem passe livre para gastar dinheiro sem licitações. Então é "espetacular" que apareçam grupos como nós para fazer pontes, casas etc em caráter emergencial para a população; já que nessa perspectiva o interesse é que isso sempre se repita e não que se solucione. O que se queria era que, todos os anos, nós fizéssemos projetos emergenciais — como fizemos em 2014 e 2015 —, mas não concordamos com esse tipo de assistencialismo. De certa forma não era mais conveniente o acordo, porque estávamos propondo

a solução para todos esses problemas. Então, deixaram de se interessar por trabalhar conosco porque nós começamos a propor projetos em cidades ribeirinhas, com o intuito de não haver mais situações de emergência.

A partir dessa experiência, a filosofia do coletivo passou a ser a de buscar projetos que saiam do efêmero, que busquem soluções mais profundas e que sejam generosas com o meio ambiente, sensíveis com as altas das águas etc.

Moradia e rios de forma articulada e ecológica

Mais do que uma possibilidade, pensamos que infraestrutura verde e azul é uma necessidade, mas quando falamos em implementar ações em todo o território paraguaio, trata-se de uma meta de longo prazo: primeiro temos que demonstrar que funcionam em escala urbana reduzida, uma escala piloto, com êxito. Dependendo da consolidação das cidades, na verdade a infraestrutura cinza é a forma lógica de resolver rapidamente um problema, por exemplo, esgoto. Agora, em cidades de menor porte ou naquelas onde suas características permitem outro tipo de infraestrutura, vemos a não implementação de infraestrutura verde e azul como uma tremenda perda de oportunidade, principalmente se existirem recursos econômicos. Jardins urbanos, sistemas de fitodepuração ou tratamento local onde a escala permitir, fazem parte das ideias que queremos implementar.

Questão relevante sem dúvida, é a conexão entre cidades e águas, em que existem diferentes formas de articulação — desde literalmente estar no rio ou desenhar e expandir as suas fronteiras. Acreditamos que, a partir do exemplo da Unidade Flutuante, exploramos um caso extremo desta articulação. Um conjunto de unidades em diferentes escalas e funções pode ser muito útil, especialmente em locais onde o curso d'água é largo o suficiente. Entendemos a habitação social como parte de um tecido urbano misto, não como uma espécie de gueto onde uma população homogênea se concentra no sentido socioeconômico. Há uma preocupação em tornar a cidade menos estratificada. Na escala do objeto arquitetônico, a Unidade Flutuante é uma experiência exitosa de integração entre habitação e rio.

Também a produção de alimentos na cidade é um tema extremamente relevante, que ressurg

constantemente entre as preocupações do coletivo, mas que ainda não tivemos oportunidade de explorar. Acreditamos que, assim como no caso da Unidade Flutuante, deve ser aplicada em escala piloto. É fácil marcar uma área no mapa com a cor verde e defini-la como uma horta urbana, porém com relação aos cuidados complexos que o cultivo de alimentos requer, só com a prática poderemos saber.

A comunidade é fundamental: dependendo do contexto, comunidades são os principais usuários da infraestrutura. Nossa experiência com as comunidades mais vulneráveis nos mostra que a vontade existe, mas que há um limite para o que pode ser realizado voluntariamente. Aprendemos muito sobre o que não funciona na prática, em cada um dos projetos, e pudemos valorizar os aspectos positivos do papel fundamental que a comunidade desempenha, bem como em alguns dos projetos que “falharam” apesar dela. Em nossa opinião, em muitos casos a comunidade e as instituições públicas acabam incentivando o problema que estamos tentando resolver.

O desenho da paisagem é uma questão política?

Certamente há uma questão política, no sentido mais virtuoso da palavra. Mas isso não diminui a necessidade de profissionais da arquitetura paisagística em um sentido amplo. O projeto de desenho da paisagem não é apenas a soma dos desejos da comunidade: é um diálogo. O design implica a existência de uma lógica clara na criação da paisagem, na articulação de usos e materiais. Entendemos as bacias hidrográficas como um dos componentes fundamentais para definir a unidade de projeto e planejamento. É um critério básico para grande parte dos projetos que desenvolvemos, porém sua implantação, principalmente em larga escala, é problemática. Ou seja, quando a escala do projeto nos permite a gestão integral da água no solo, utilizamos a lógica da bacia ou da condução da água em geral como elemento articulador central. No entanto, quando a escala do projeto atinge as divisões municipais do território, a adoção da bacia como unidade torna-se marcadamente difícil. Ou seja, podemos considerar a lógica das bacias hidrográficas no projeto, mas a implementação implica necessariamente uma mudança político-administrativa, com tudo o que a palavra implica. É uma meta de longo prazo.

Podemos citar diferentes fontes de informação e projetos, mas uma recomendação geral aos jovens arquitetos e estudantes de arquitetura é que eles entendam com alguma profundidade os ciclos naturais primeiro e depois o design. Como arquitetos, sempre adicionamos diferentes profissionais em cada projeto, mas para que o resultado final tenha qualidade arquitetônica precisamos entender as variáveis que estão em jogo em cada decisão, caso contrário o resultado final talvez seja uma solução tecnicamente correta, mas carente de todos os demais valores que compõem um projeto de qualidade. Essa observação ocorre tanto para a estrutura de uma casa quanto para o ecossistema de uma floresta regional.

Como coletivo, não temos muitas obras realizadas: temos algumas de pequena escala. O que temos é uma inumerável quantidade de projetos que lamentavelmente não se realizam. Na realidade paraguaia, onde convivemos com algumas associações de arquitetos, um coletivo era algo bastante diferente diante da realidade dos interesses na administração pública das cidades e municípios, onde a maioria das pessoas quer resultado rápido. Parte desses fracassos quanto aos projetos do coletivo é em função de querer propor soluções a longo prazo, soluções efetivas que possam ser mantidas ao longo do tempo e que possam transcender qualquer administração, partido político ou prefeito, porque isso também interfere para que possamos dar respostas mais inteligentes, sobretudo mais efetivas ao longo do tempo. Sempre vimos o Aqua Alta como uma plataforma para ter contato com trabalhos públicos de alcance ambiental e social.

Trabalhamos quase como uma rede. Quando temos algum trabalho em frente ou queremos propor algo, nos juntamos e aí sim trabalhamos em equipe. Fizemos workshops de Santa Fé a Veneza. Fizemos um convênio com a Universidade de Veneza, a Universidade de Assunção, a Universidade Católica, a Municipalidade de Nanawa, a Secretaria de Emergência — marco de cooperação interinstitucional internacional — para poder fazer um Plano de Redução e Prevenção de Riscos para Nanawa, que era uma solução definitiva. Através de workshops se desenvolveu um projeto de cais para Nanawa, cujo teto podia mudar de altura com a inundações. Também não foi feito. Mas fizemos um projeto para habitações flutuantes e, neste caso, uma unidade sanitária para prestar serviços de saúde às comunidades que vivem sobre o rio foi realizada. Foi uma conquista. Ali investigamos sistemas flutuantes.

Convidamos o diretor da Universidade de Veneza para vir ao Paraguai. Aparecemos em publicações. Fizemos um workshop com o pessoal do Goma Oficina, de São Paulo. Convidaram-nos, na Argentina, para o projeto de uma construção que foi feita. Fizemos conferências em Buenos Aires e no Peru.

Obviamente, falar sobre o fracasso ou mostrar nosso trabalho partindo dos fracassos é uma provocação. Com todo o esforço que implicou, Aqua Alta tem um acervo de trabalhos muito interessantes e de coisas realizadas que, quando tocam nesse ponto de materializar-se, ter que atravessar instituições, governos, é onde tudo se mostra um pouco mais difícil. De nenhuma maneira para nós é realmente um fracasso, porque com tudo isso, ganhamos. Ganhamos em experiência e no início o que mais nos impulsionava era justamente sair dos nossos escritórios e poder chegar ao setor público, poder chegar a mais pessoas, poder realmente atuar na cidade, realizar empreendimentos em outra escala, que se relacionam com a coisa pública. Sair um pouco da nossa zona de conforto e buscar oportunidades porque somos conscientes de que, dentro de nossa cidade, há uma grande quantidade de oportunidades, mas que é necessário buscá-las.

Éramos muito inexperientes e ainda o somos, mas aprendemos muito com diferentes experiências. Estamos em uma etapa do coletivo Aqua Alta de nos repensar. Nos adiantamos um pouco à pandemia, quando todos estão se reinventando — nós, já há algum tempo, estamos nos reinventando por todos esses tropeços que tivemos e que não possuem relação com o projeto como pensávamos, mas tem a ver com a burocracia e com o atuar coletivo. Quando começamos a falar de território, a escala se multiplica e também os pressupostos e todo o tempo que se leva. Excede um pouco a nossa profissão como arquitetos. E nessa situação estamos.

Muitas das ideias do coletivo são levadas à Academia. Propomos à Universidade tocar em temas: também ali são lugares onde podemos seguir pensando e retroalimentando o projeto dessa grande escala. Segue muito importante e meritório, reconhecermos todo esse trabalho acadêmico que fazemos com os estudantes, porque cada trabalho que fazemos é acompanhado de um workshop onde convidamos os estudantes de todas as escolas de Arquitetura daqui. Temos muita participação sempre porque há uma escassez nas atividades acadêmicas por tocar o material, por construir, por atuar na realidade.

O trabalho do coletivo Aqua Alta tem assim um papel pedagógico, didático, que no fundo é tão importante quanto o construir, o fazer uma obra. Trata-se da geração de uma consciência que até então não existia, por parte da coletividade. Da mesma maneira como um projeto muda face à realidade, os projetos do coletivo Aqua Alta mudam a realidade com algo intangível, na medida em que dão condições para que em algum momento suas ideias sejam acolhidas. Sem isso que estão fazendo, assim como outros grupos como o equatoriano Al Borde, seria impossível pensar em mudar as coisas. É importante lembrar que, como arquitetos, temos a responsabilidade não só de construir, mas também de formar.

Nesse sentido, a não materialização de vários dos projetos do coletivo Aqua Alta não significa fracasso — significa que o ideário que estava em um projeto que terminou vai para outro, e assim por diante. Sem essa base que estão criando, não seria possível uma transformação no futuro, na medida em que a sociedade muda de baixo para cima — não de cima para baixo - e em anos, décadas, séculos.

AUTORES

A entrevista com o Coletivo Aqua Alta — Associação de arquitetos e estudantes dedicados à pesquisa e realização de propostas através da arquitetura — se dividiu em duas partes realizadas em finais de 2020: uma conversa remota por plataforma digital com alguns de seus participantes; e através de respostas por escrito para questões enviadas ao coletivo como um todo.

Luis Octavio de Faria e Silva possui graduação (1989), mestrado (2001) e doutorado (2008) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Atualmente é professor na Escola da Cidade e na Universidade São Judas Tadeu.

Maria Teresa Fedeli é arquiteta e urbanista (1995) pela Universidade Paulista (Unip), possui pós-graduação lato sensu no curso Habitação e Cidade da Escola da Cidade, onde atualmente atua como parte da coordenação.

Rafael Abelini é arquiteto e urbanista graduado pela FIAM-FAAM Centro Universitário (2014) e possui pós-graduação lato sensu no curso Habitação e Cidade da Escola da Cidade, onde atualmente atua como professor assistente.

Ruben Otero é arquiteto graduado (1983) pela Universidade da República do Uruguai e pela Unesp (2007), é doutor (2008) em Projetos Arquitetônicos pela Universidade Politécnica da Catalunha. Atualmente é professor da Escola da Cidade.

APOIO TÉCNICO

Sabrina Montesanti

TRANSCRIÇÃO

Stela Mori Neri

REFERÊNCIAS

RESCK, Rodrigo. **Ciudad + Agua**: Recursos hídricos en la zona metropolitana de Asunción. San Lorenzo: Editorial FADA-UNA, 2021 (no prelo)

RUGGERI, Sergio (Curador). **Pavilion of Paraguay at the 14 International Architecture Exhibition — La Biennale di Venezia**. Texto de Apresentação, 2014. Tradução por parte dos organizadores da entrevista, junto à Revista América. Disponível em: <<https://architizer.com/projects/pavilion-of-paraguay-at-the-14-international-architecture-exhibition-la-biennale-di-venezia/>>. Acesso em: nov. 2022.

SUSNIK, Branislava; CHASE, Miguel Angel. **Los Indios de Paraguay**. Madrid: Ed. Mapfre, Fundación Mapfre América, 1995.

VÁZQUEZ, Fabrizio. **Territorio y Población**: nuevas dinámicas regionales en Paraguay. Asunción: Asociación Paraguaya de Estudios de Población (ADEPO), 2006.